REVISTA OBSERVATORIO DE LA ECONOMIA LATINOAMERICANA
Curitiba, v.21, n.2, p.1029-1048. 2023.

ISSN: 1696-8352

Governança de uso dos recursos no manejo florestal comunitário: o caso emblemático da Reserva Extrativista Verde para Sempre na Amazônia

Governance of resource use in community forest management: the emblematic case of the Verde para Sempre Extractive Reserve in the Amazon

Recebimento dos originais: 17/03/2023
Aceitação para publicação: 20/04/2023

César Augusto Tenório de Lima
Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará
Instituição: Universidade Federal Rural da Amazônia - Campus Paragominas
Endereço: Rodovia PA 256, km 6, S/N, Setor Industrial, Nova Conquista, Paragominas – PA, CEP: 68627-451
E-mail: cesar.tenorio@ufra.edu.br

Oriana Trindade de Almeida
Doutora em Ciências Socioambientais pela University of London e Pós-Doutora pela Columbia University
Instituição: Universidade Federal do Pará - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Endereço: Rua Augusto Corrêa, N° 1, Guamá, Belém – PA, CEP: 66075-110
E-mail: oriana@ufpa.br

Maria Creusa da Gama Ribeiro
Ensino Médio Completo em Magistério
Instituição: Cooperativa Mista Agroextrativista Floresta Sempre Viva Três Rios
Endereço: Rua Professora Simpliciana Farias, N° 1535, Centro, Porto de Moz – PA, CEP: 68330-000
E-mail: creusa-ribeiro@hotmail.com

Maria Margarida Ribeiro da Silva
Ensino Médio Completo em Magistério
Instituição: Cooperativa Mista Agroextrativista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimum
Endereço: Rua Professora Simpliciana Farias, N° 1535, Centro, Porto de Moz – PA, CEP: 68330-000
E-mail: margaridaflorestal@gmail.com

Digitalizado com CamScanner

REVISTA OBSERVATORIO DE LA ECONOMIA LATINOAMERICANA
Curitiba, v.21, n.2, p.1029-1048. 2023.

ISSN: 1696-8352

Stefany de Souza Pereira
Graduada em Engenheira Florestal pela Universidade Federal Rural da Amazônia - Campus Paragominas
Instituição: Universidade Federal Rural da Amazônia - Campus Paragominas
Endereço: Rodovia PA 256, km 6, S/N, Setor Industrial, Nova Conquista, Paragominas - PA, CEP: 68627-451
E-mail: stefanysouza525@gmail.com

Técia Júlia Carvalho de Belém
Especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Castanhal
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Castanhal
Endereço: BR 316, Km 61, Cristo Redentor, Castanhal - PA, CEP: 68740-970
E-mail: teciacarvalho66@gmail.com

Raiceli Maria da Costa Palha de Lima
Especialista em Gestão e Produção Sustentável de Floresta pela Universidade do Estado do Pará - Campus Paragominas
Instituição: Universidade do Estado do Pará
Endereço: Rodovia PA 125, S/N, Paragominas - PA, CEP: 68625-000
E-mail: raiceliplima@gmail.com

Marlon Costa de Menezes
Doutorando em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará
Instituição: Universidade Federal do Pará - Campus Altamira
Endereço: Rua Coronel José Porfírio, N° 2515, Recreio, Altamira - PA, CEP: 68372-040
E-mail: marlon@ufpa.br

RESUMO
As iniciativas de governança comunitária no manejo florestal ainda estão longe de se tornarem efetivamente arranjos institucionais descentralizados do poder público, ainda há uma forte dependência do Estado no apoio à organização, planejamento e meios de uso dos recursos naturais. Essa dependência também é evidenciada em parceria com organizações não governamentais, o que tem demonstrado pouca efetividade nas ações e no empoderamento comunitário a longo prazo. Na Amazônia Paraense são poucos os exemplos de casos que resultaram no protagonismo de povos e comunidades tradicionais, no tocante ao uso comum dos recursos florestais. Esta pesquisa tem por objetivo descrever a experiência de cinco comunidades ribeirinhas da Reserva Extrativista Verde para Sempre, localizada no município de Porto de Moz, no Oeste do Estado do Pará, onde tiveram a iniciativa de implementar um modelo de gestão dos recursos de base comunitária, com exploração florestal na lógica de um manejo adaptativo, de acordo com suas condições e necessidades. Aqui é apresentado como foi construído de forma participativa esse modelo denominado de "governança local", que possibilitou o processo

Digitalizado com CamScanner

de condução direta da gestão pelas comunidades, onde as mesmas articularam com os atores envolvidos por meio de uma parceria formal, sem descaracterizar os interesses dos usuários. Os resultados revelaram que as comunidades estudadas têm avançado satisfatoriamente no alcance de suas metas, sendo consideradas iniciativas promissoras que podem ser multiplicadas. Constatou-se que a partir desse caso considerado emblemático, o órgão gestor da RESEX tem adotado uma postura de cogestão colaborativa, ao ponto de poder reconhecer esse modelo de governança e possibilitar a resignificação do manejo florestal comunitário, hoje considerado tecnicista. O artigo compartilha percepções socioambientais e lições aprendidas de cinco anos de observação empírica (2010-2015), a fim de contribuir para esse debate que ainda em seu início.

Palavras-chave: governança local, manejo florestal comunitário, uso comum dos recursos, RESEX verde para sempre.

ABSTRACT

The initiatives of community governance in forest management are still far from effectively becoming institutional arrangements decentralized from the public power. There is still a strong dependence on the State in supporting the organization, planning, and means of use of natural resources. This dependence is also evident in partnerships with non-governmental organizations, which has shown little effectiveness in the actions and community empowerment in the long term. In the Para Amazon there are few examples of cases that have resulted in the protagonism of traditional peoples and communities, with regard to the common use of forest resources. This research aims to describe the experience of five riverside communities from the Verde para Sempre Extractive Reserve, located in the municipality of Porto de Moz, in western Pará State, where they took the initiative to implement a community-based model of resource management, with forest exploration in the logic of adaptive management, according to their conditions and needs. Here we present how this model, called "local governance", was built in a participative way, which enabled the process of direct management by the communities, where they articulated with the actors involved through a formal partnership, without disregarding the interests of the users. The results revealed that the studied communities have advanced satisfactorily in reaching their goals, being considered promising initiatives that can be multiplied. It was observed that, based on this case, which is considered emblematic, the RESEX management body has adopted a collaborative co-management posture, to the point of being able to recognize this governance model and make it possible to redefine community forest management, which today is considered technicist. The article shares socio-environmental perceptions and lessons learned from five years of empirical observation (2010-2015), in order to contribute to this debate that is still in its early stages.

Keywords: local governance, community forest management, common use of resources, green forever RESEX.

Digitalizado com CamScanner

1 INTRODUÇÃO

As populações agroextrativistas situadas na Amazônia Brasileira vivem em florestas comunitárias com área de aproximadamente 156 milhões de hectares, que representa cerca de 50% das florestas públicas passíveis de uso dos recursos naturais (BRASIL, 2013). Os povos da floresta têm um papel fundamental na destinação desses espaços, contudo, o que tem sido observado na Amazônia e em escala global é um contrassenso na relação Estado-Sociedade, bem como na estratégia de potencializar uma economia verde associada à participação dos usuários locais para uma gestão de base comunitária (Dyer et al., 2014; Chen Zhu, Krott & Maddox, 2013; Fleeger & Becker, 2008). Este cenário tem indicado um caminho contrário ao proposto pelas políticas públicas de desenvolvimento sustentável, o que permite a inclusão de instituições comunitárias para a gestão participativa e democrática de áreas florestais (Prasad & Kant, 2003).

A partir dessa conjectura, o incentivo à governança de propriedades comuns para a conservação da floresta em áreas protegidas, torna-se uma estratégia política interessante, que surge como possibilidade para minimizar experiências negativas ou de safios para transformá-las em estudos de caso de sucesso (Jell & Machado, 2002; Kitamura & Clapp, 2013; Measham & Lumbasi, 2013; Capelari, Calmon & Araújo, 2017).

Na Amazônia, essa estratégia é pouco difundida, não sendo prioridade do Estado. Grande parte dos usuários de florestas parece ser invisível aos olhos do governo (Moran & Ostrom, 2009) ou são considerados meros outliers no processo colaborativo para planejamento e gestão florestal (Jell & Machado, 2002; Biesbrouck, 2002; Cheng & Sturtevant, 2012). Experiências na Índia revelam que é possível criar um sistema de manejo florestal, a partir de um mecanismo de planejamento e gestão com base na partilha de direitos-deveres e controle-autoridade, realizados entre departamentos florestais e grupos de usuários locais para tomada de decisão (Prasad & Kant, 2003).

Estudos sobre ação coletiva para desenvolver arranjos adequados de cogestão em projetos de natureza comunitária, são considerados sistemas sócio-ecológicos complexos e disseminados em várias partes do mundo (May, 2008; Siry, 2011; Chen et al., 2013;

Digitalizado com CamScanner

ISSN: 1696-8352

Levine & Richmond, 2014; Porro, Porro, Menezes & Bartholdson, 2015). No Brasil, os órgãos governamentais geralmente priorizam ações em escala e de longo prazo, com foco, sobretudo, no fator econômico, enquanto que para organizações comunitárias, a lógica é pontual, imediatista e voltada para questões sociais. Segundo Ostrom (1990), as instituições criadas pelo governo para fomentar a governança dos recursos comuns são pouco efetivas, em comparação a atuação das próprias comunidades que exploram os recursos.

Parcerias formais entre organizações comunitárias e instituições de cunho florestal têm evoluído lentamente nos 20 anos de existência do manejo comunitário na Amazônia. Essas iniciativas executam uma forma organizativa de ação coletiva para a cogestão de planos operativos florestais, cuja governança de uso comum corrobora frente aos interesses de stakeholders1 (Amaral, 2005; Porro et al., 2015; Garcia & Lescuyer, 2008). Um estudo que avaliou a aceitabilidade social dos regimes de gestão florestal na Tanzânia, recomendou a maior participação de múltiplas partes interessadas na forma colaborativa de gestão e identificou que são necessárias mudanças políticas significativas para aumentar a participação das organizações que coordenam as atividades do manejo florestal (Kijazi & Kant, 2011). Resultado semelhante foi alcançado para a gestão colaborativa de partes interessadas na cogestão de área protegida em Camarões (Jell & Machado, 2002).

A relevância da pesquisa está associada à tendência mundial de descentralização da gestão florestal (Garcia & Lescuyer, 2008) e a inclusão participativa de comunidades locais (May, 2008; Kijazi & Kant, 2011; Levine & Richmond, 2014), formando um arranjo de cogovernança de propriedades comunais em áreas protegidas (Agrawal, 2007; Fleeger & Becker, 2008; Kitamura & Clapp, 2013). Diante do manejo desenvolvido por comunidades locais, esta pesquisa ainda é considerada de caráter experimental, onde tem por objetivo descrever um estudo de caso em área de Reserva Extrativista no Pará, Brasil,

1 Esse termo refere-se a organizações como partes ou atores interessados que devem estar de acordo com as práticas de governança colaborativas executadas por uma organização que desempenha um papel de liderança, sendo elementos essenciais para o planejamento estratégico de negócios florestais, cujos processos podem ser de caráter temporário ou duradouro.

Digitalizado com CamScanner

que visa à construção de um arranjo de governança de uso dos recursos por comunidades tradicionais para a produção florestal madeireira.

Como base metodológica, adotou-se a observação participante para um conjunto de eventos e situações de campo no período de cinco anos (2010-2015), que resultaram em informações qualitativas complementadas por entrevistas semiestruturadas com grau diferente de formalidade. A pesquisa ainda foi baseada em atributos de um framework, que analisa o conjunto de variáveis independentes para medir os resultados de cooperação, através de esforços colaborativos e articulados de um grande número de usuários de recursos florestais (Cheng & Sturtevant, 2012).

2 USO COMUM DOS RECURSOS FLORESTAIS POR COMUNIDADES LOCAIS

A interação de pessoas e meio ambiente é essencial para o desenvolvimento sustentável dos ecossistemas florestais (Moran & Ostrom, 2009), em função das expertises ligadas ao uso tradicional dessas áreas, de modo a conservá-las em regime de propriedade comum2, com base nos mecanismos de governança de uso dos recursos comuns (Ostrom, 1990; Williamson, 1994; Agrawal, 2007) e contribuição para o desenvolvimento endógeno (Barquero, 2002).

A teoria da "tragédia dos comuns" elaborada por Hardin (1968), onde ele referiu-se à situação que o recurso comum é explorado de forma excessiva e, consequentemente, é destruído, leva a uma análise pessimista do uso comum dos recursos. Por sua vez, Ostrom (2002) diante da hipótese que o fator humano depende da máxima exploração sustentável oferecida por um sistema de recursos naturais, tornando essencial um mútuo, cuidadoso e bem ajustado uso dos mesmos, negou, teórica e empiricamente, que os problemas ligados à falta de sustentabilidade ambiental fossem oriundos das formas de uso comum praticados por populações tradicionais.

[2] A definição de "regime de propriedade comum" refere-se aos arranjos de direitos de propriedade, nos quais grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos (Ostrom & Mckean, 2001) ou também pode ser considerado como recursos de acesso comum, que são geridos por um grupo de forma coletiva com regras de manejo, atingindo diversas áreas do meio ambiente (Ostrom & Tucker, 2009).

Digitalizado com CamScanner

ISSN: 1696-8352

Na verdade, o uso comum entendido por Hardin como acesso livre, não leva a super exploração dos recursos naturais, pois não existem usos com base em regimes articulados a direitos e deveres comuns de determinados grupos, bem como regras formais ou informais de apropriação do meio ambiente, a partir de instituições também com essas características. O problema então mostrou-se não ser sua existência comunal, e sim, a ausência de formas de como utilizar os recursos (Ostrom, 2002; Capelari et al., 2017).

Uma experiência empírica realizada em parques florestais nos EUA, onde o direito das pessoas para uso produtivo foi negado, indicadores de densidade de vegetação não foram melhores do que as florestas reguladas por regimes de propriedade comum. Ou seja, em áreas florestais onde os usuários dos recursos tinham direitos em formular suas regras, foram constatadas melhores condições de uso. O resultado desta pesquisa revelou que são as organizações comunitárias que determinam o sucesso da utilização dos recursos, assim como, regras bem elaboradas e discutidas de forma participativa, induzem a uma melhoria nas condições de uso da floresta (Ostrom & Tucker, 2009).

Além das teorias consagradas como the logic of collective action (Olson, 1965); the tragedy of commons (Hardin, 1968); governing the commons (Ostrom, 1990), outros referenciais de análise como o novo institucionalismo, a escolha racional e a ecologia política, surgem para entender como as comunidades locais podem se organizar coletivamente para regular o acesso e uso dos recursos comuns (Cunha, 2004). Não obstante, têm-se atualmente o surgimento dos novos commons, como fatores chave para o desenvolvimento equilibrado dos diferentes níveis de gestão, baseados fortemente na percepção comunitária, trazendo à cena novos recursos estratégicos para o fortalecimento dos comuns (Ruiz-Ballesteros & Gual, 2012). Essas novas teorias lançam desafios para esforços empíricos em profundidade sobre "commons", ou seja, mais estudos de caso de bens coletivos para uso dos recursos naturais, onde grupos de pessoas ou comunidades administram para benefício coletivo (Ostrom, 2002; Agrawal, 2007).

Digitalizado com CamScanner

ISSN: 1696-8352

3 O CASO EMBLEMÁTICO DA RESERVA EXTRATIVISTA VERDE PARA SEMPRE

Diante dos principais referenciais teóricos abordados aqui sobre os comuns, o caso da Reserva Extrativista (RESEX) Verde Para Sempre aparece como iniciativa promissora na Amazônia, capaz de fazer o uso racional de produtos florestais e promover o desenvolvimento local a partir de bases sustentáveis (Pinto et al., 2011). Este exemplo vem mostrar à capacidade de cogovernança comunitária para a gestão de florestas, assumindo papéis de planejamento, implantação e monitoramento de projetos, antes considerados estritamente técnicos.

As famílias residentes na RESEX Verde para Sempre, localizadas no município de Porto de Moz, Pará (Figura 1), são consideradas genuinamente comunidades tradicionais, conforme preconiza o art. 3º, inciso I do decreto presidencial nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, onde as definem como grupos "culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição".

Figura 1. Mapa de localização das comunidades na RESEX Verde Para Sempre/PA, com destaque para 5 comunidades envovidas na pesquisa.

Fonte: Mapa elaborado pelo autor.

Digitalizado com CamScanner

ISSN: 1696-8352

A RESEX Verde Para Sempre é considerada uma das mais emblemáticas Unidades de Conservação (UCs) da Amazônia, reconhecida pela luta de organizações comunitárias para obtenção de acesso a terra e meios de vida, em meio à desenfreada exploração ilegal de madeira que acontecia antes de sua criação, sem que tivesse qualquer tipo de ação governamental para coibir conflitos agrários e monitorar as reservas legais que ainda continuavam em pé (Pacheco et al., 2009). Percebendo o exuberante maciço florestal existente, as comunidades foram proativas em gerir essas áreas, embora não tivessem a segurança da dominialidade da terra e a certeza da forma de utilização do solo.

Os estoques florestais estão localizados em áreas comunais, preservadas por essas populações mesmo com investidas de empresas madeireiras no passado (Watrin, 2010). A RESEX possui aproximadamente 1.849 famílias ribeirinhas, que utilizam os recursos naturais como fonte para sua subsistência e renda para capital de giro de suas economias. A área total de 1.289.362,78 hectares da reserva, criada pelo governo federal em 2004 às margens do Rio Xingu como uma UC de uso sustentável, é dividida em três zonas distintas (zona de floresta, zona de várzea e zona de transição floresta/várzea), sendo a exploração de madeira a principal atividade produtiva, seguida de perto pela pesca, criação de búfalos e agricultura familiar (Pokorny, et al., 2014; Medina & Barbosa, 2015).

As famílias estão organizadas socialmente por associações comunitárias, que são distribuídas ao longo dos principais rios afluentes do Xingu (Acaraí, Jaurucú, Peiturú, Guajará, Coati, Uiui e Cupari). Estes Rios formam uma importante malha fluvial que serve de via de acesso e escoamento da produção. As espécies florestais mais utilizadas e comercializadas pelas comunidades são: itaúba (Mezilaurus itauba) e o piquiá (Caryocar villosum), destinadas para construções rurais e embarcações em geral. Para fabricação de móveis que geralmente são demanda de pequenas movelarias da cidade, as variedades das famílias dos angelins e louros são as mais procuradas (Menezes et al., 2013).

Diante do potencial madeireiro que era explorado ilegalmente sem que tivesse qualquer tipo de fiscalização do governo (Watrin, 2010), lideranças comunitárias e o movimento social, conduzido pelo Comitê de Desenvolvimento Sustentável (CDS) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), tomaram iniciativa a partir da criação da RESEX, de realizar um trabalho de base para reflexão coletiva e fortalecimento da

Digitalizado com CamScanner

ISSN: 1696-8352

capacidade organizacional, visando discutir um modelo de desenvolvimento, baseado no extrativismo da madeira e outros proeminentes recursos (pesca, búfalo e agricultura), que fosse governado pelas famílias por meio de um arranjo integrado entre as instituições envolvidas (Pokorny et al., 2010; Taylor, Cronkleton & Barry, 2013; Medina & Barbosa, 2015).

O processo de fortalecimento comunitário iniciou com a contribuição de instituições externas de âmbito governamental (IBAMA e Secretarias) e ONGs (LAET/UFPA, CIFOR e IFT), além dos movimentos sociais de Porto de Moz, por meio do apoio técnico em dois projetos experimentais de manejo florestal nas comunidades de Arimum (Rio Acaraí) e Juçara (Rio Jaurucú), financiados pelo ProManejo/PPG7 do MMA. Em 2010 novas frentes comunitárias para o manejo avançaram com a articulação de 5 comunidades: Por ti meu Deus, Paraíso, Itapéua, Inumbí e Espírito Santo (Tabela 1) e o apoio local do CDS para elaboração de planos de manejo florestal sustentável. A iniciativa foi potencializada com a aprovação do projeto "governança de recursos naturais por pequenos produtores rurais da Amazônia" coordenada pela Universidade de Freiburg da Alemanha, em parceria com duas organizações regionais: Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) e Serviço de Apoio à Produção Familiar da Amazônia (Serviço Cerne), ambas de Altamira. O financiamento do projeto foi proveniente da União Européia (UE).

Tabela 1. Caracterização das 5 comunidades que articularam o manejo florestal na RESEX Verde Para Sempre/PA.

COMUNIDADES	RIO PRINCIPAL	ORGANIZAÇÃO SOCIAL	FAMÍLIAS	ÁREA PARA MANEJO FLORESTAL (ha)	UNIDADE DE PRODUÇÃO ANUAL	TIPO DE MANEJO FLORESTAL
Por Ti Meu Deus	Acaraí	Associação do Baixo Acaraí	51	2.421 ha	50 ha	Baixa intensidade sem maquinário
Paraíso	Acaraí	Associação Deus Proverá	73	6.921 ha	145 ha	Pleno com maquinário
Itapéua	Jaurucú	Associação Itapéua	30	21.304 ha	100 ha	Pleno com maquinário
Inumbí	Jaurucú	Associação São Benedito do Inumbí	33	5.814 ha	60 ha	Baixa intensidade sem maquinário
Espirito Santo	Guajará	Associação dos rios Aruru, Aruruzinho e Curuminim	10	3.000 ha	50 ha	Baixa intensidade sem maquinário

Fonte: Propostas dos cinco planos de manejo comunitário, CDS/Comunidades.

Digitalizado com CamScanner

ISSN: 1696-8352

4 GOVERNANÇA LOCAL COMO FORMA DE GESTÃO COMUNITÁRIA

No âmbito do projeto da UE conhecido popularmente como "Governança Local", da Universidade de Freiburg, executado em Porto de Moz no Xingu e Medicilândia na Transamazônica, que fortaleceu as ações comunitárias dando vozes famílias, foi previsto a formação de instâncias de governança local em diferentes segmentos produtivos, que foram chamados "Grupo de Ação e Reflexão - GAR", dentre os quais tínhamos o GAR-florestal, GAR-búfalo, GAR-pesca, GAR-agricultura familiar, GAR-criação de pequenos animais e GAR-sistemas agroflorestais, este envolvendo a produção de cacau orgânico. Na presente pesquisa, vamos fazer um recorte para a questão florestal madeireira, que de todos os arranjos de governança, foi o que mais avançou em termos de diálogo com o Estado e parcerias institucionais para consolidar propostas factíveis, que se materializaram em planos de manejo florestal comunitário (Figura 2.a).

Inicialmente, a governança para o manejo florestal foi formado apenas pelas cinco comunidades e o CDS. Notadamente, com a necessidade de ações estratégicas para obter melhores resultados técnicos e políticos, foi preciso inserir ao arranjo organizações-chave que ampliou a discussão para além do âmbito local, configurando uma cogestão ou cogovernança. Agrawal (2007) define o termo "cogovernança" como uma alternativa para arranjos de governança local, em razão da pressão sobre os gestores públicos para ampliar as tomadas de decisão sobre o manejo dos recursos naturais para um maior número de partes interessadas. Contudo, formou-se o GAR-florestal ampliado, com a inserção do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (órgão gestor da RESEX), Serviço Florestal Brasileiro - SFB (órgão gestor das florestas públicas) e Instituto Floresta Tropical - IFT (ONG especialista em manejo florestal sustentável).

O seminário da floresta, evento realizado em novembro de 2011 na cidade de Porto de Moz e articulado pelo ainda GAR-florestal, reuniu todas as cinco comunidades, juntamente com instituições que depois vieram ampliar o grupo, a fim de apresentar as propostas de plano de manejo florestal elaboradas pelas próprias comunidades (Figura 2.b). As propostas já incluíam as diretrizes da recém-instituída IN nº 16, de 4 de agosto de 2011, que regula no âmbito do ICMBio, diretrizes e procedimentos administrativos

Digitalizado com CamScanner

para a aprovação de PMFS comunitário para exploração de recursos madeireiros no interior de RESEX, RDS e FLONA. Análogo à situação, comunidades florestais na Bolívia indicaram que novos regimes regulamentares devem criar condições adaptadas às condições dos usuários dos recursos, para definir instituições adequadas, ou pelo menos convenientes, que asseguram um nível aceitável de convivência coletiva de acordo com cada história comunal particular (Cardona, Jong, Zuidema & Boot, 2014).

Figura 2.a - Reunião do GAR-Florestal Ampliado na sede do escritório do CDS para discussão do manejo florestal comunitário.

Fonte: Acervo fotográfico do autor.

Figura 2.b - Apresentação das propostas de plano de manejo florestal comunitário no seminário da floresta em Porto de Moz/PA.

Fonte: Acervo fotográfico do autor.

Digitalizado com CamScanner

Ao final do seminário da floresta foi pactuado compromissos por meio de um plano de ação, onde o ICMBio ficou de apoiar o manejo florestal comunitário com auxílio na logística, combustível e agilidade no processo de análise do plano; o SFB, através da sua unidade regional em Santarém no Pará, se colocou à disposição para elaborar estudos de viabilidade econômica para subsidiar os projetos, requisito importante exigido na legislação vigente; o IFT, por sua vez, concedeu três anos de serviços de assistência técnica florestal, colocando um engenheiro florestal como responsável técnico dos planos de manejo, além de promover capacitações em exploração de impacto reduzido para possibilitara execução de planos operacionais em campo. O CDS em contrapartida continuou sendo o articulador técnico-político e auxiliando as comunidades com apoio logístico e administrativo, enquanto as associações evoluíram suas capacidades de gerenciamento, desenvolvendo expertises de governança para assumir papéis de lideranças, sendo capazes de orquestrar o GAR e desenvolver um arranjo de governança local (Figura 3).

Figura 3 – Arranjo de governança local para o manejo florestal das cinco comunidades na RESEX Verde Para Sempre/PA.

Fonte: Arranjo elaborado pelo autor.

Digitalizado com CamScanner

Os fatores que avançaram em relação à governança com protagonismo comunitário, desencadeou uma maior autonomia junto ao poder público, no qual fortaleceu as tomadas de decisão em instâncias decisórias como nas reuniões do GAR e conselho deliberativo da RESEX. Cada associação tinha a função de planejar suas ações e atividades, mediar os conflitos internos e apresentar propostas consensuadas e alinhadas às estratégias das demais associações. Agrawal et al. (2013) estudando as interações entre as organizações e redes de governança de acesso comum dos recursos, alertou que diferentes tipos de instituições moldam os incentivos dos usuários, que contam com um sistema de recurso de acesso comum para uma variedade de suas necessidades. Diante disso concluiu que as organizações de base comunitária e seus planos de uso, podem ser projetados para melhorar a governança local.

Esses exemplos de governança com liderança comunitária nada mais é do que uma maneira de institucionalizar e gerenciar o uso dos recursos, quando estes são pressionados em direção a seus limites (Ostrom & McKean, 2001). Por outro lado, esse modelo de governança local estaria ameaçado caso os stakeholders viessem impor ou propor idéias tendenciosas, que não fossem na concepção definida pelas famílias (Agrawal et al., 2013). Outro perigo está na dependência ao governo, no sentido de se submeterem ao paternalismo ou ao status de poder, atropelando as ações comunitárias (de baixo para cima) em função das decisões políticas do governo (de cima para baixo).

Medina (2012) no seu estudo sobre governança local para o manejo florestal na Amazônia é enfático em afirmar que as relações autônomas (não dependentes) com agentes externos são fundamentais para permitir que as comunidades desenvolvessem seus próprios sistemas no intuito de regular o acesso e o uso dos recursos de acordo com a perspectiva do local. Portanto, conclui que as comunidades não dependentes são capazes de liderar seu próprio desenvolvimento e fortalecer os papéis da sociedade como um todo, em especial das populações locais.

Em contrapartida, Porro et al. (2015) estudando a ação coletiva e gestão florestal em assentamento rural na Amazônia, chegam à conclusão que mudanças na gestão são vistos como positivos se combinados com o apoio do setor público para capacitação local, mas isso é improvável no curto prazo. Ter limites no uso da terra para agricultura e ser

Digitalizado com CamScanner

eficaz no manejo florestal é fundamental para esses grupos sociais, a fim de consolidar a ocupação alternativa do solo e gerenciar adequadamente os recursos naturais em reservas legais.

5 LIÇÕES APRENDIDAS A PARTIR DO ARRANJO DE GOVERNANÇA LOCAL

A presente experiência empírica nos remete aoconhecimento sobre governança de uso comum dos recursos no manejo florestal, onde as lições aprendidas a partir deste estudo, ainda são elementos para uma discussão ainda em seu início, mas que pode servir como fonte de reflexão para mudanças de concepção e intervenções do governo, uma melhoria no aporte técnico de organizações não governamentais, por meio de projetos para empoderamento a longo prazo e servir de inspiração para novas comunidades que buscam o manejo florestal como ideário.

Para a gestão de UC com grandes dimensões, como é o caso da RESEX Verde Para Sempre, onde não há um número satisfatório de servidores públicos e recursos financeiros suficientes alocados para o manejo, a estratégia mais adequada seria a constituição de alianças na forma de cogovernança e, baseado nesse modelo, obter dos gestores a sensibilidade de ouvir as demandas comunitárias, bem como considerar seus modos de vida e costumes, já que se trata de populações genuinamente tradicionais.

O arranjo de governança local executado de forma integrada, participativa e democrática, parece ser o modelo mais adequado à realidade dos extrativistas. O exemplo de protagonismo das cinco comunidades estudadas, que buscaram no manejo florestal uma atividade produtiva formal e legalizada, pode ser considerado uma vitrine para comunidades iniciantes, sendo possível a sua multiplicação com base na adaptação às condições locais.

Entende-se aqui "governança local" como o processo de condução direta da gestão pelas comunidades, conforme suas condições e necessidades, onde as mesmas articulam os atores envolvidos por meio de parcerias formais (cogovernança) em nível multiescalar.

Contudo, as comunidades têm avançado de maneira satisfatória para o alcance de suas metas, fazendo com que o órgão gestor passe a adotar uma postura de cogestão

Digitalizado com CamScanner

ISSN: 1696-8352

colaborativa, ao ponto de reconhecer a governança local e possibilitar a resignificação do manejo florestal comunitário, hoje ainda considerado tecnicista, com diretrizes voltadas para o manejo empresarial.

A demora pela consolidação dos planos de manejo poderiam ser encurtadas se desde o início tivessem um aporte robusto de apoio governamental e não governamental em consonância com a percepção das comunidades, que neste caso suscita apoio para capacitação sobre gestão dos empreendimentos, governança de base comunitária, organização social, resolução de conflitos e meios de agregação de valor para comercialização da produção madeireira.

É urgente na Amazônia o fortalecimento da governança local, com liderança absoluta das comunidades na condução das discussões e encaminhamentos. Um fórum técnico local, tal qual o GAR-Florestal ampliado, pode tornar-se um espaço interessante de debate técnico de caráter consultivo reconhecido pelo governo, que junto com o conselho da RESEX que é deliberativo, serem as instâncias de maior influência para tomadas de decisão, relacionados aos assuntos de caráter socioambiental.

Digitalizado com CamScanner

ISSN: 1696-8352

REFERÊNCIAS

Agrawal, A. (2007). Forests, Governance and Sustainability: common property theory and its contributions. International Journal of the Commons, v. 1, n. 1, Outubro. p. 111-136.

Agrawal, A; Brown, D. G; Rao, G; Riolo, R; Robinson, D. T. & Bommarito, M. (2013). Interactions between organizations and networks in common-pool resource governance. Environmental Science & Policy, Volume 25, January, pp. 138–146.

Amaral, P. (2005). Manejo florestal comunitário: processos e aprendizagens na Amazônia brasileira e na América Latina / Paulo Amaral & Manuel Amaral Neto– Belém: IEB: IMAZON. p. 86: il.

Brasil. (2013). Ministério do Meio ambiente. Serciço Florestal Brasileiro. Relatório Técnico da Gerência de Florestas Comunitárias do Serviço Florestal Brasileiro (GEFLOC/SFB), Brasília/DF.

Biesbrouck, K. (2002). New Perspectives on Forest Dynamics and the Myth of 'Communities': Reconsidering Co-Management of Tropical Rainforests in Cameroon. IDS Bulletin, January, Volume 33, Issue1, pp. 55–64.

Cardona, W. C; Jong, W; Zuidema, P. A. & Boot, R. (2014). Diverse local regulatory responses to a new forestry regime in forest communities in the Bolivian Amazon. Land Use Policy, Volume 39, July, pp. 224– 232.

Capelari, M. G. M; Calmon, P. C. D. P. & Araújo, S. M. V. G. (2017). Vincent e Elinor Ostrom: dus confluentes trajetórias para a governança de recursos de propriedades comuns. Ambiente & Sociedade. São Paulo v. XX, n° 1, jan-mar, p. 207-226.

Chen, H; Zhu, T; Krott, M. & Maddox, D. (2013). Community forestry management and livelihood development in northwest China: integration of governance, project design, and community participation. Regional Environmental Change, Vol. 13, Issue1, February, pp. 67-75.

Cheng, A. S. & Sturtevant, V. E. (2012). A Framework for Assessing Collaborative Capacity in Community- Based Public Forest Management. Environmental Management, March, Volume 49, Issue 3, pp. 675-689.

Cunha, L. H. (2004). Da "Tragédia dos Comuns" à Ecologia Política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. Raízes, Campina Grande, v. 23, n. 1 e 2, jan/dez. p. 10-26.

Barquero, A. V. (2002). Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, p. 278.

Digitalizado com CamScanner

Dyer, J; Stringer, L. C; Dougill, A. J; Leventon, J; Nshimbi, M; Chama, F; Kafwifwi, A; Muledi, J. I; Kaumbu, J. M. K; Falcao, M; Muhorro, S; Munyemba, F; Kalaba, G. M. & Syampungani, S. (2014). Assessing participatory practices in community-based natural resource management: Experiences in community engagement from southern Africa. Journal of Environmental Management, Volume 137, 1 May, pp. 137–145.

Fleeger, W. E. & Becker, M. L. (2008). Creating and sustaining community capacity for ecosystem-based management: Is local government the key? Journal of Environmental Management, Volume 88, Issue4, September, pp. 1396–1405.

Garcia, C. A & Lescuyer, G. (2008). Monitoring, indicators, and community-based forest management in the tropics: pretext soared herrings? Biodiversity and Conservation, June, Volume 17, Issue 6, pp. 1303-1317.

Herdin, G. (1968). The tragedy of the commons. Science, 162: 1243-8.

Jell, B. & Machado, J. S. (2002). Collaborative Management in the Region of Lobeke, Cameroon: The Potentials and Constraints in Involving the Local Population in Protected Area. New Series, Vol. 6, n° 1, pp. 180-203.

Kijazi, M. H. & Kant, S. (2011). Social acceptability of alternative forest regimes in Mount Kilimanjaro, Tanzania, using stakeholder attitudes as metrics of uncertainty. Forest Policy and Economics, Volume 13, Issue4, April, pp. 242–257.

Kitamura, K & CLAPP, R. A. (2013). Common property protected areas: Community control in forest conservation. Land Use Policy, Volume 34, September, pp. 204–212.

Levine, A. S & Richmond, L. S. (2014). Examining Enabling Conditions for Community-Based Fisheries Comanagement: Comparing Efforts in Hawaii and American Samoa. Ecology and Society, 19(1): 24.

May, C. K. (2008). Achieving sustainability in US fisheries: community engagement in co-management. Sustainable Development, November/December, Vol.16, Issue6, pp. 390–400.

Measham, T; Lumbasi, J. (2013). Success Factors for Community-Based Natural Resource Management (CBNRM): Lessons from Kenya and Australia. Environmental Management, September, Volume 52, Issue 3, pp. 649-659.

Medina, G. (2012). Governança local para o manejo florestal na Amazônia. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 27 nº 78, p. 79.

Medina, G & Barbosa, C. W. B. (2015). Experiências produtivas de agricultores familiares da Amazônia. Gabriel Medina e Cláudio Wilson Soares Barbosa (Editores). – Goiânia: Kelps, p. 198 il. Segunda Edição.

Digitalizado com CamScanner

Menezes, M. C; Barbosa, C. W. S; Medina, G; Lima, C. A. T; Trindade, N. G. P & Cavalcante, T. V. (2013). Uso tradicional da floresta para a extração de madeira. In: Medina, G. Experiências Produtivas de Agricultores familiares na Amazônia. Goiânia: Kelps, p. 208 il.

Moran, E. F & Ostrom, E. (2009). Ecossistemas Florestais. Emílio F. Moran; Elinor Ostrom (orgs). Edição 1, Editora SENAC/SP, p. 544.

Olson, M. (1965). The Logic of Collective Action: public good sand the theory of groups. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

Ostrom, E. (1990). Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Active. New York: Cambridge University Press.

Ostrom, E. (2002). The Drama of the Commons. National Research Council. Committee on the Humans Dimensions of Global Change. E. Ostrom [et al.]. Division of Behavioral and Social Sciences and Education. Washington, DC: National Academy Press, p. 534.

Ostrom, E & McKean, M. (2001). Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: Diegues, Antônio Carlos; Moreira, André de Castro (Org.). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: USP, p. 79-95.

Ostrom, E & Tucker, C. (2009). Pesquisa multidisciplinar relacionando instituições e transformações florestais. In: Moran, E & Ostrom, E. (Org.). Ecossistemas florestais: interações homem-ambiente. São Paulo: Editora Senac; Edusp, p. 109-138.

Pacheco, P.; Nunes, W.; Rocha, C; Vieira, I; Herrerra, J. A; Santos, K. A; Silva, T. F & Cayres, G. (2009). Acesso à terra e meios de vida: examinado as suas interações em três locais do Estado do Pará. Centro Internacional de Pesquisa Florestal – LAET/NEAF/UFPA; Assessoria Comunitária e Ambiental – ARCA; Direitos e Recursos – RRI. Belém, Pará, CIFOR, p. 74.

Pinto, A. (2011). Iniciativas de Manejo Florestal Comunitário e Familiar na Amazônia Brasileira 2009/2010. Andréia Pinto; Paulo Amaral; Manuel Amaral – Belém, PA: IMAZON; IEB / Brasília, DF: GIZ; SFB, p. 84 il.

Pokorny, B; Godar, J; Hoch, L; Johnson, J; Koning, J; Medina, G; Steinbrenner, R; Vos, V. & Weigelt, J. A. (2014). produção familiar como alternativa de um desenvolvimento sustentável para a Amazônia: Lições aprendidas de iniciativas de uso florestal por produtores familiares na Amazônia boliviana, brasileira, equatoriana e peruana. CIFOR, Bogor, Indonésia.

Porro, R.; Porro, N. S. M.; Menezes, M. C. & Bartholdson, O. (2015). Collective action and forest management: institutional challenges for the environmental agrarian reform in Anapu, Brazilian Amazon. International Forestry Review, v. 17, p. 20-37, Mar. Suppl. 1.

Digitalizado com CamScanner

Prasad, R. & Kant, S. (2003). Institutions, Forest Management, and Sustainable Human Development – Experiences from India. Environment, Development and Sustainability, September, Volume 5, Issue 3, pp. 353-367.

Ruiz-Ballesteros, E. & Gual, M. A. (2012). The Emergence of New Commons. Human Ecology, December, Volume 40, Issue 6, pp. 847-862.

Siry, H. Y. (2011). In search of appropriate approaches to coastal zone management in Indonesia. Ocean & Coastal Management, Volume 54, Issue 6, June, pp. 469–477.

Taylor, P. L; Cronkleton, P. & Barry, D. (2013). Learning in the Field: Using Community Self Studies to Strengthen Forest-Based Social Movements. Sustainable Development, Vol. 21, Issue4, July/August, pp. 209–223.

Watrin, O. S. (2009). Levantamento do uso e cobertura da terra em área da reserva extrativista Verde para Sempre, Porto de Moz, PA / Orlando dos Santos Watrin, Pedro Mourão de Oliveira – Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, p. 36:21 cm – (Embrapa Amazônia Oriental. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, 69).

Williamson, O. E. (1994). The mecanisms of governance. Berkley: University of California, p. 411.

Digitalizado com CamScanner